

Autora Diana Andringa

Jornalista, investigadora do CES-Universidade de Coimbra

Jornalista na RTP na década de 80, a tese de doutoramento de Pacote de Oliveira surgiu-me como uma caução académica ao mal-estar que sentia ao ver como a (ainda tão recente!) liberdade de imprensa se apagava perante situações para as quais o único nome que me ocorria – “censura” – era, na ausência de traços de lápis azul, imediatamente desvalorizado como “exagero”.

Houvera, é verdade, o aviso prévio de um camarada francês que, algum tempo volvido sobre o 25 de Abril, ao ver no Telejornal uma operária têxtil denunciar a forma como o patrão abusava sexualmente das colegas mais jovens, se surpreendera: “Isto ainda passa no Telejornal?” “Claro! Em França não?!” “Não”, respondeu ele, definitivo. E acrescentou: “E aqui vai deixar de passar. Em breve serão normalizados.”

“Normalizados”?

Rapidamente percebi o que significava “normalização”. Era algo como uma TINA (“there is no alternative”) da informação. Podia haver jornais com opiniões políticas diferentes – mas uma linha invisível impunha em quase todos limites ao que se dizia e, mesmo, às palavras usadas. (Houve mesmo um chefe de redação que, perante uma manifestação violenta em El Salvador, sobre a qual escrevera que “os trabalhadores exigem”, me explicou que “os trabalhadores não exigem, pedem”).

Se eu, jornalista “tarimbeira”, falava simplesmente de “censura”, Pacote de Oliveira, na sua tese de doutoramento (Oliveira, 1988), usou o termo “formas de ‘Censura Oculta’” para referir “as múltiplas censuras não oficiosas exercidas tanto pelas autoridades públicas como pelos interesses privados” e que, escreveu, “são muitas vezes as mais perniciosas por serem incorporadas, desconhecidas e encobertas” (Oliveira, 1988, p. 143, citado em Garcia, 2016, p. 775). Tendo lido o texto (a que teve a gentileza de me dar acesso) com a atenção de quem confirma coisas que pensara, mas lhe negavam, tive pena que não tivesse estudado

também a RTP, onde trabalhava – e da qual ele viria a ser, quase vinte anos mais tarde, o primeiro Provedor do Telespectador.

Pelo meio ficava um outro trabalho pioneiro, o I Inquérito Nacional aos Jornalistas, que realizara em maio e junho de 1990 com José Luís Garcia, e cujos resultados foram apresentados no 1º Encontro Nacional de Jornalistas, em março de 1991. Trabalho de grande importância, dada a recomposição e o crescimento da classe na sequência do 25 de Abril e da implantação dos primeiros cursos de comunicação, média e jornalismo.

Sobre o contributo de Paquete de Oliveira para a implantação e fortalecimento dessa área de estudos outros já escreveram e, possivelmente, escreverão neste mesmo número da revista, melhor do que saberia fazê-lo. Mas há um aspeto que não posso esquecer: o apoio que deu à proposta feita em 1997 pelo Sindicato dos Jornalistas ao então ministro da Educação, Marçal Grilo, no sentido de permitir o regresso à Universidade daqueles que, tendo interrompido estudos superiores noutras disciplinas a favor do exercício do jornalismo, desejavam aprofundar os seus conhecimentos nessa área e refletir criticamente sobre a sua própria prática profissional.

Se o Ministro se mostrou de imediato favorável à pretensão do Sindicato, as Universidades receberam-na com desprezo. A exceção veio do ISCTE, que propôs a criação de um Curso de Pós-graduação em Jornalismo no qual se poderiam inscrever licenciados em qualquer domínio científico, ou jornalistas com mais de cinco anos de exercício da profissão e detentores de um *curriculum vitae* considerado relevante. Se a decisão foi tomada por um conjunto de docentes em que há que incluir João Ferreira de Almeida, Joel da Silveira e José Rebelo, Paquete de Oliveira foi, sabe-se, um dos seus defensores entusiastas.

Criado, pela lei 2/2006 de 14 de Fevereiro, o cargo de provedor do telespectador junto à Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., o Conselho de Administração indigitou para o lugar Paquete de Oliveira, que tomou posse a 18 de Abril seguinte.

Uma das primeiras preocupações do Provedor foi a criação de um sistema que lhe permitisse uma fácil interatividade com os cidadãos telespectadores. Assim, e para lá de uma direção para correspondência postal, na sede da RTP em Lisboa, foi divulgado um endereço de correio eletrónico para que mais facilmente os telespectadores pudessem fazer chegar ao Provedor as suas opiniões, protestos ou queixas sobre os conteúdos de informação ou programas dos oito canais da RTP/Televisão: RTP1, RTP2, RTP-N, RTP Memória, RTP Internacional, RTP África, RTP-Açores, RTP-Madeira.

Apesar de só em Agosto ter começado a receção de mensagens, a afluência nesse primeiro ano foi enorme: 9.502 mensagens, 9.120 das quais por correio eletrónico e 382 por correio tradicional. Volume que surpreendeu Paquete de Oliveira que, no seu Relatório de Atividade referente a 2006, o considerou atribuível a quatro fatores:

- a) à forte sensibilidade e sentido crítico com que os Telespectadores portugueses reagem ao fenómeno da televisão;
- b) à dependência que ainda têm deste “*media*” no campo das suas atividades de entretenimento e como fonte privilegiada de informação;
- c) ao imediatismo do saber popular que, em certos produtos, como é o caso da televisão, tem sempre facilidade em emitir opinião;
- d) e ainda ao facto de os Telespectadores considerarem o Serviço Público de televisão um “bem coletivo”, propriedade de todos os portugueses que sustentam tal serviço com dinheiros derivados dos seus impostos. (Oliveira, 2007, p. 17).

Tenho de admitir que, por vezes, a atuação de Pacote de Oliveira como Provedor me parecia demasiado tímida. Os anos de trabalho na RTP tinham-me tornado menos condescendente com os erros do jornalismo televisivo (que terei certamente partilhado). E o tom sempre tranquilo, paciente e didático com que “o Pacote” – era assim que o tratava, usando meio apelido e a 3ª pessoa do singular – exercia a sua função surgia-me excessivamente conciliador. Gostaria de o ver ser mais assertivo, mais crítico, mais cortante... Como normalmente acontece quando alguém ocupa um lugar que consideramos de grande importância, gostaria, no fundo, que dissesse aquilo que eu própria quereria dizer naquela circunstância.

Era esquecer a sua vertente de professor. Preferia ir passando mensagens que melhorassem, não apenas a atuação da RTP e dos seus profissionais, mas a perceção do público sobre o Serviço Público de Televisão. Assim, no final do seu relatório sobre o ano de 2006, Pacote de Oliveira deixou algumas recomendações sobre a informação da RTP:

Quanto à Informação, as exigências que recaem sobre a RTP são particularmente a propósito da imparcialidade por parte dos seus profissionais no tratamento das diferentes notícias e das diversas pessoas presentes em emissão. Exigem um respeito pelo pluralismo político, religioso, social e cultural e uma garantia de igual acesso a todos os Telespectadores, independentemente, da sua ideologia, partido, religião, cultura ou etnia. Neste aspeto devem, por isso, ser tomadas todas as precauções de forma a prevalecer um exercício profissional respeitador destes princípios, levados ao último pormenor, pois, ao contrário do que se possa pensar, os Telespectadores manifestam, neste ponto, um forte sentido crítico e uma forte sensibilidade reativa. (Oliveira, 2007, p. 70).

No relatório seguinte, alertou para que a noção que o Serviço Público de Televisão é financiado pelos contribuintes aumenta a exigência manifestada pelos telespectadores em relação à RTP, comentando:

E esta posição em nada se modifica, pelo facto de parte das receitas da RTP ser proveniente da exibição de publicidade. Tão pouco é conhecida, por parte dos Telespectadores, a imposição do atual Contrato de Concessão que exige essa receita ter de reverter na sua totalidade para abatimento da dívida contraída pela RTP. (Oliveira, 2008, p. 64).

Enquanto Provedor, Paquete de Oliveira não perdeu a sua curiosidade de sociólogo, e o relatório de 2007 insere uma Análise de Conteúdo da Correspondência Eletrónica desse ano, levado a cabo por duas técnicas do seu Gabinete e feito por amostragem das mensagens de correio eletrónico referentes a uma semana dos meses de Janeiro, Abril, Maio, Agosto e Outubro.

Embora o relatório sublinhe não poder afirmar se a análise ao universo das mensagens ou sobre uma amostra estatisticamente representativa levaria à mesma conclusão, o estudo permitiu avançar um perfil do Telespectador que contactava o Provedor: sexo masculino, casado ou em união de facto, entre os 25-34 anos, com ensino superior, a exercer uma atividade profissional inserida na categoria “Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas” e a residir nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

As mensagens respeitavam sobretudo à RTP1 e o seu teor era maioritariamente crítico. Era comum a referência ao facto de o pagamento da “taxa audiovisual” permitir a exigência do que entendiam por serviço público de televisão. Em termos de Informação, exigiam maior objetividade e rigor.

Os resultados obtidos a partir da amostra do mês de Janeiro (primeira semana), indicavam que 43,4% referiam explicitamente a RTP1 e apenas 4,7% a RTP2, a Informação vinha referida em 12,1% das mensagens, havendo 8,5% que referem “objetividade/ exatidão/ equidade/ imparcialidade”, 6,2% referindo “Jornalistas e ‘apresentadores’”, 0,9% “alinhamento de notícias”.

Mais uma vez, o Provedor incluiu no relatório algumas recomendações, nomeadamente em relação à Informação:

Por todos os meios e métodos de atuação a RTP deverá evidenciar na produção da sua informação uma total independência do poder político, de cada governo em mandato, sem esquecer que não obstante a preferência que os Telespectadores de televisão dão aos seus telejornais, urge banir de uma vez por todas o resquício manifesto em certos sectores de opinião que “os governos têm interferência na informação que difunde”.

A RTP deverá demonstrar de modo claro a sua independência e isenção no campo da informação e opinião e deverá respeitar a pluralidade ideológica no pensamento e ação da atual sociedade portuguesa multicultural e multiétnica.

A RTP terá de ser rigorosa no respeito de um pluralismo político, religioso, social e cultural, por parte dos diferentes desempenhos dos seus profissionais e na garantia de acesso aos diferentes segmentos de Telespectadores.

Os noticiários continuam a ser longos, em especial o *Telejornal* e o *Jornal da Tarde*. Um diferente modelo de tratamento das notícias poderia contribuir para o seu encurtamento bem como a eliminação de publicidade dentro dos telejornais.

O alinhamento das notícias sobre os diferentes acontecimentos deveria ser mais rigoroso, respeitando critérios editoriais de um Livro de Estilo, aprovado pelos órgãos internos e publicamente conhecido, e nunca concebido a pensar na captação de audiências fáceis, mas numa ordenação gradativa do valor da notícia.

Os telejornais deveriam recorrer mais habitualmente a comentadores que interpretassem os acontecimentos, em especial, no plano internacional. O leque do quadro ideológico dos comentadores deveria ser mais alargado, respeitando a pluralidade de pensamento e ação existente na atual sociedade portuguesa.

Os frequentes erros da língua portuguesa, na escrita e na fala, continuam a merecer a mágoa e a repulsa dos Telespectadores que gostariam de ver a língua nacional mais respeitada. Não sendo fácil evitar tais erros no imediatismo da informação, deveria haver uma supervisão suficientemente habilitada e atuante a cada instante.

Persiste uma fraca presença nos telejornais, em especial da RTP1, de notícias sobre eventos no campo da ciência e da cultura. Não é que a RTP, nos serviços ou canais RTP2 e RTP-N, não incluía programas sobre ciência e cultura. A crítica recai exatamente na ausência de notícias sobre atividades desses campos.

Pelo contrário, os eventos desportivos continuam a ter um destaque desmesurado. O futebol é continuamente privilegiado em relação aos outros desportos, com incidência especial na atividade dos três clubes Porto, Benfica, Sporting, esquecendo os outros que fazem parte do universo desportivo nacional. (Oliveira, 2008, pp. 94-96).

A forma como Paquete de Oliveira exerceu o cargo de Provedor dos Telespectadores moldou o cargo e influenciou a atuação dos que se lhe seguiram. Algumas das sus recomendações vieram, com o andar dos tempos – e a repetição por várias vezes – a ser atendidas, nomeadamente no que respeita ao exagerado tempo dos Telejornais. Mas, na RTP como mais tarde no Público, o trabalho do Provedor nem sempre seria compreendido, quer pelos jornalistas criticados, quer pelos que haviam escrito ao Provedor e esperavam dele todo o apoio à contundência dos seus protestos.

Mas foi enquanto ocupava o cargo de Provedor do Telespectador junto da RTP que Paquete de Oliveira me deu provas, uma vez mais, da sua generosidade.

Na sequência da proposta do Sindicato e da sua aceitação pelo ISCTE, vários jornalistas com décadas de atividade profissional – entre os quais me incluía – frequentaram e terminaram a 1ª Pós-Graduação em Jornalismo e, após um tempo de espera em busca de solução legal que lhes permitisse prosseguir estudos superiores – e dado que, nesse tempo anterior à reforma de Bolonha, o mestrado exigia uma licenciatura que não tinham – tinham-se inscrito para Doutoramento. Alguns já o tinham concluído, mas eu debatia-me com a dificuldade de passar da criatividade jornalística à disciplina académica (que me parecia semelhante a trocar os *jeans* por um *tailleur*...) e, sobretudo, com a noção de que era importante ir um pouco mais longe na recolha de informação, nomeadamente do lado, não da produção da informação televisiva, mas da sua receção pelos telespectadores. Fui, portanto, falar com o Provedor, para aprofundar aquilo que já lera nos seus relatórios.

O Paquete não se limitou a responder às minhas perguntas, com a sua proverbial disponibilidade. Tentou acalmar a minha ansiedade, explicando-me que esta não acontecia apenas a jornalistas sexagenários em muda de pena, mas a quase todos os que se afoitavam à mesma prova. E depois disse-me: “Eu não percebo muito de como é que isto funciona em

termos de informática – mas, se for possível, dou-lhe acesso ao correio eletrónico, para que o possa analisar do seu próprio ângulo.”

Era, evidentemente, o que eu queria – e não tivera coragem de pedir. Esbocei uma reserva imperiosa: “Mas o Paquete não está a pensar utilizar esse correio para trabalhar sobre ele quando deixar o lugar?” Respondeu: “Não se preocupe! A Diana só está interessada na parte da Informação, e eu estou a pensar escrever sobre outros aspetos.”

Não sei se a resposta foi inteiramente franca, ou ditada pela generosidade. Sei, sim, que foi o empurrão de que precisava para me lançar à pesquisa e à escrita com redobrado vigor.

Não sei também se o resultado correspondeu ao que ele gostaria. Mas sei que se alegrou sempre que um de nós conseguiu levar a bom porto a aventura do regresso à Universidade, mais tarde facilitada com a entrada em vigor da reforma de Bolonha. E essa forma de partilhar a alegria da conquista de mais saber é também, para mim, o que fez de Paquete de Oliveira um Professor a tempo inteiro. Sempre disposto, também, a responder que sim a mais uma organização, um colóquio, uma intervenção – que, bem sabemos, ao contrário do que dizemos quando fazemos o pedido, consomem tempo e exigem esforço.

Merecidamente, Paquete de Oliveira foi o associado nº 1 da Associação de Estudos em Comunicação e Jornalismo, formada a partir desse regresso à Universidade de jornalistas da Geração Grisalha. Foi, também, o orador convidado da nossa 1ª sessão pública. E, mais uma vez, embora já doente, apresentou-nos um texto bem estruturado, reflexivo, estimulante – cuja publicação espero não tarde, tal como a edição em livro da sua tese, pela qual já esperamos há tempo demais.

Diana Andringa, jornalista, investigadora do CES-Coimbra

Referências Bibliográficas

Garcia, J. (2016). José Manuel Paquete de Oliveira (1936-2016). *Análise Social*, 220, li (3.º), 771-775. Retirado de http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_220_obit02.pdf

Oliveira, P. (1988). *Formas de “Censura Oculta” na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de Abril (1974-1987)*. Tese de doutoramento, ISCTE, Lisboa, Portugal. Retirado de <https://catalogo.biblioteca.iscte-iul.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=3233>

Oliveira, P. (2007). Relatório do Provedor do Telespectador da RTP. Lisboa. Retirado de http://img.rtp.pt/wportal/grupo/provedor_tv/pdf/rc_provedortv2006.pdf

Oliveira, P. (2008). Relatório do Provedor do Telespectador da RTP. Lisboa. Retirado de http://img.rtp.pt/wportal/grupo/provedor_tv/pdf/rc_provedortv2007.pdf

Biografia da Autora:

Diana Andringa nasceu em 1947, no Dundo, Lunda-Norte, Angola, vindo para Portugal em 1958. Frequentou Medicina, que trocou pelo jornalismo. Fez o 1º Curso de Jornalismo do Sindicato dos Jornalistas e entrou para a Vida Mundial, de onde saiu numa demissão coletiva. Presa política de 27 de janeiro de 1970 a 27 de setembro de 1971. Jornalista na RTP de 1978 a 2001. Presidente do SJ de 1996 a 1998. Cronista (*Diário de Notícias*, *RDP*, *Público*). Fugaz diretora-adjunta do *Diário de Lisboa*. Atualmente documentarista independente, regressou à Universidade, doutorando-se em Sociologia da Comunicação pelo ISCTE em 2013.